

A IMPORTÂNCIA E O SIGNIFICADO DA CASA ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Cássia Maria Carloto¹
Vanusa Ferreira Calão²

RESUMO: O presente trabalho tem como tema as Políticas Públicas de combate à violência doméstica contra a mulher e seu objeto é a Casa de Apoio “Canto de Dália”, serviço implantado em Londrina no ano de 2004. Tem como objetivo identificar e analisar as mudanças, o significado e a importância da Casa de Apoio para as mulheres em situação de violência doméstica que vivenciaram a situação de abrigo. Para este objetivo ser alcançado, foram coletados dados para caracterizar o perfil dessas mulheres através das fichas do setor de Serviço Social da instituição e realizadas entrevistas com as mulheres que vivenciaram a situação de abrigo no período de junho de 2004 a junho de 2005. Os resultados apontam para a importância do serviço no processo de ruptura com o ciclo de violência e de continuidade da vida dessas mulheres.

PALAVRAS CHAVE: casa abrigo, violência conjugal.

Introdução

Política defendida por vários anos pelos movimentos feministas e pelos serviços de apoio a mulher, a criação de casas-abrigos esteve e está nas pautas das Convenções, Declarações, Conferências que contemplam a violência praticada contra as mulheres. A criação de casas-abrigos é criticada, entre outras questões, pelo fato da mulher ser retirada de sua instância social e confinada junto com seus filhos/as.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da UEL.

² Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Londrina.

Entretanto o surgimento de casas abrigo vem crescendo após a publicação do termo de referência que padroniza esses tipos de serviços.

O termo de referência para implantação e implementação de casas-abrigos (Brasília, 2005) define que:

As casas-abrigos constituem locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

Segundo o termo, casa-abrigo é uma medida para manter emergencialmente protegidas as mulheres em situação de violência e o atendimento deve-se orientar-se na reflexão referente às relações de gênero enquanto construção histórico-cultural que tem legitimado as desigualdades e a violência contra mulheres.

A Casa de Apoio “Canto de Dália” é um serviço no âmbito da Política Pública de combate à violência contra a mulher, política esta adotada no município de Londrina -PR. Por ser um serviço recentemente implantado- 2004, consideramos relevante, verificar e analisar, pela ótica das usuárias, a importância desse serviço.

Para subsidiar a análise, foram adotados procedimentos investigativos de caráter quanti-qualitativo. A caracterização do perfil das mulheres que passaram pela Casa de Apoio “Canto de Dália” no período de junho de 2004 a junho de 2005 ocorreu da seguinte forma: análise das fichas do setor de Serviço Social da Casa identificando-se faixa etária, número de filhos, tempo de convivência com o agressor e tempo de violência, período que permaneceu abrigada e escolaridade.

Após o levantamento junto as fichas para identificar o perfil das mulheres, num total de 56, foi selecionada a amostra para a realização de entrevistas semi-estruturadas, utilizando como critério a permanência na Casa Abrigo, de 15 dias. Após esse levantamento inicial, identificamos 25 mulheres e selecionamos quatro que fariam entrevista, tendo como critério maior tempo de abrigo. Essas mulheres apresentavam um histórico de violência distinto uma das outras. Os nomes das entrevistadas são fictícios para preservação da identidade.

Dinâmica de Funcionamento da Casa de Apoio “Canto de Dália”

A Casa de Apoio “Canto de Dália” destina-se a acolher temporariamente mulheres em situação de violência doméstica com risco de morte, assim como seus filhos/as de até 18 anos.

Após ser atendida no setor de triagem do Centro de Atendimento à Mulher – CAM e segundo o diagnóstico inicial do profissional, a mulher é encaminhada para os demais setores, conforme a agenda de cada setor – se for de competência da instituição – ou encaminhada, quando necessário, a outras instituições e serviços existentes na cidade de Londrina-Pr, para atendimento complementar.

Esgotadas todas as alternativas de encaminhamento do caso, dependendo da gravidade, é tomada a adoção de medida de abrigo na Casa de Apoio “Canto de Dália”, pela equipe do Centro de Atendimento à Mulher – CAM e pela usuária.

A partir dos procedimentos metodológicos da Casa de Apoio, o acolhimento corresponde a uma fase do processo de abrigamento que perpassa os demais, iniciando-se no momento da chegada da usuária a Casa e estendendo-se até a sua saída. A acolhida não se confunde com a recepção, uma vez que a transcende, comportando em especial a formação de vínculos positivos entre os agentes da ação (funcionárias e usuárias), indispensáveis à efetivação dos objetivos traçados, rumo a uma vida autônoma.

O desligamento da Casa de Apoio ocorre quando esgotado o período próximo de quatro meses, por decisão da mulher abrigada, mediante avaliação da equipe técnica ou após ter sido superada a situação que gerou a medida. Ocorrerá também o desligamento da usuária se esta reincidir em alguma ou mais advertências ou conforme avaliação da equipe técnica da Casa de Apoio, dependendo da gravidade do problema apresentado.

Perfil das Mulheres Abrigadas na Casa de Apoio “Canto de Dália”

Faixa etária

Quadro1: Faixa etária

Idade	Total	%
18 – 29	26	48,15%
30 – 39	20	37,04%
40 – 49	6	11,11%
50 – 59	1	1,85%
60 – 69	1	1,85%

Fonte: Casa de Apoio “Canto de Dália” /SMM/PML-2005

Conforme mostra quadro 1, predomina a faixa etária de 18 a 29 anos, correspondendo a 48,15% das mulheres, ou seja, quase a metade das mulheres atendidas, seguidas das mulheres de 30 a 39 anos, 37,04% do total.

No decorrer do trabalho nesta instituição, constatamos que quanto mais idade tem a mulher menor é o índice de denúncias, ainda que a violência exista há vários anos.

Segundo Saffioti (1995, p. 35-36), isso se explica por que:

Trata-se, de uma relação de força. Assim, embora tendencialmente haja uma escalada da violência, ela pode estabilizar-se num certo nível, o que não elimina a elevação da tensão em certo momento, podendo ocorrer homicídio ou tentativa de homicídio. A cronificação da relação violenta pode situar-se em vários momentos do processo e assim permanecer por longo tempo, tornando-se necessária para os co-partícipes.

Número de filhos

Quadro 2: Número de filhos

Nº. de Filhos	Total	%
1	15	27,78%
2	15	27,78%
3	11	20,37%
4	5	9,26%
5	5	9,26%
0	1	1,85%
8	1	1,85%
11	1	1,85%

Fonte: Casa de Apoio "Canto de Dália" /SMM/PML-2005

O quadro 2 mostra aquilo que os últimos sensos têm demonstrado, ou seja, a diminuição do número de filhos por família. Deve-se levar em conta que a grande maioria das usuárias encontra-se na faixa etária de 18 a 29 anos, faixa etária na qual o número de filho é menor. O abrigo acolhe os filhos/as, sendo possível notar a vulnerabilidade dessas crianças e adolescentes à violência dentro de casa, tanto por parte dos pais, como das mães que oprimidas pela situação, tendem a revidar nos filhos/as a violência sofrida, aumentando e perpetuando o ciclo da violência familiar.

Essas crianças/adolescentes apresentam diversos distúrbios de comportamento, oscilando da violência à introspecção. Alguns chegam a ter depressão, principalmente, os adolescentes de 11 a 18 anos. As crianças menores apresentam uma hiperatividade fora do comum, estão sempre nervosas e na escola apresentam dificuldades de se concentrarem nas aulas e nas atividades. Algumas crianças (principalmente meninas) necessitam de atendimento de outras instituições, pois existe o relato, por parte da mãe e das crianças, de abuso sexual cometido pelos pais (agressores).

Relação do tempo de convivência com o tempo de violência

Quadro 3: Relação do tempo de convivência com o tempo de violência

Tempo	Total	%
Do início do namoro	11	20,37%
A partir do 2º ano	10	18,52%
A partir do 1º ano	9	16,67%
A partir do 7º ano	8	14,80%
Ignorado	7	12,96%
A partir do 5º ano	4	7,41%
A partir do 3º ano	2	3,70%
A partir do 4º ano	2	3,70%
A partir do 6º ano	1	1,850%

Fonte: Casa de Apoio "Canto de Dália" /SMM/PML-2005

O quadro 3 mostra que a maioria das mulheres sofria agressões (tanto psicológicas quanto físicas) desde o início de seu relacionamento ou a partir do 1º e do 2º ano de convivência, totalizando 30 mulheres, ou seja, 55,56% do total.

O que fica mais evidente é o comportamento agressivo do companheiro, desde o início do relacionamento estendendo-se nos anos seguintes de convivência, com a pressão e opressão psicológica, culminando com a agressão física. Galvão (2004, p.97), em sua pesquisa com as mulheres atendidas pelo Centro de Atendimento à Mulher – CAM no ano de 2001 escreve que:

Romper com o ciclo da violência é extremamente difícil para grande parte das mulheres que vivem essa situação, fato comprovado na presente pesquisa, que evidencia um número elevado de mulheres vivendo em situação de violência há mais de um ano. Mesmo as mulheres que tomam a atitude de denunciar seus companheiros agressores, muitas vezes, acabam desistindo de

manter a denúncia. Diante das promessas do companheiro de não mais agredi-la, da falta de perspectiva e de condições materiais para um recomeço, da vergonha e da falta de apoio da família e da sociedade, acabam acreditando numa possível reconciliação, o que acaba por gerar o processo chamado de 'rotinização da violência'.

A violência na relação conjugal apresenta-se de forma cíclica, expressa em três fases: tensão, agressão e reconciliação. Para o estudioso francês Larouche (1989, p.53 apud RAMPAZZO, 2004) o conceito de ciclo da violência permite compreender o sentimento de impotência das mulheres violentadas, diante da manutenção e da percepção da engrenagem da qual se encontra a vítima.

Em todo o processo de violência esse ciclo se reproduz. A agressão segue uma curva ascendente e se não houver o rompimento desse ciclo, a situação de violência pode se agravar, levando, em muitos casos, o agressor a cometer homicídio. (LAROUCHE, 1989, p. 56 apud RAMPAZZO, 2004).

Escolaridade

Quadro 4: Escolaridade

Escolaridade	Total	%
Primário incompleto	12	22,22%
1º grau incompleto	11	20,37%
Primário completo	8	14,81%
1º grau completo	7	12,96%
2º grau completo	7	12,96%
2º grau incompleto	5	9,26%
Ignorado	2	3,70%
Analfabeta	1	1,85%
Superior incompleto	1	1,85%

Fonte: Casa de Apoio "Canto de Dália" /SMM/PML-2005

No que diz respeito ao grau de escolaridade, o que mostra o quadro 4 é que das mulheres abrigadas no primeiro ano de funcionamento da Casa de Apoio “Canto de Dália”, a maioria, 12 delas, 22,22% do total, não concluíram o primário e 11 delas, 20,37% do total, não concluíram o 1º grau do ensino fundamental e apenas 1 das 54 mulheres começou a fazer um curso de nível superior, porém não concluiu.

Tempo de permanência no abrigo

Quadro 5: Tempo de permanência no abrigo

Tempo de abrigo	Total	%
Entre 5 e 15 dias	17	31,48%
Até 5 dias	14	25,93%
Entre 15 e 30 dias	10	18,52%
Ignorado	5	9,26%
Entre 30 e 45 dias	3	5,56%
2 meses	2	3,70%
3 meses	2	3,70%
4 meses	1	1,85%

Fonte: Casa de Apoio “Canto de Dália” /SMM/PML-2005

No quadro 5 observa-se que a maioria, 52,42% ficou no máximo até 15 dias, seguida de 18,52% que permaneceram entre 15 e 30 dias e o restante que superou os 30 dias.

A Experiência na Casa Abrigo

A partir das entrevistas procuramos resgatar a experiência, as mudanças propiciadas, os significados apreendidos pelas mulheres abrigadas na Casa de Apoio. Tal análise foi organizada em 4 eixos motivo pelo qual procurou o Centro de Atendimento à Mulher – CAM; a decisão de ir para a Casa Abrigo e a chegada (sentimentos, expectativa, decisão, circunstâncias); a experiência na Casa Abrigo (convívio, ativi-

dades, as dificuldades, os sentimentos, o isolamento); as mudanças, o significado e a importância da Casa de Apoio.

O Centro de Atendimento à Mulher “25 de Novembro” - CAM é uma porta de entrada para a mulher que sofre violência doméstica no município de Londrina. No entanto o CAM, apesar de amplamente divulgado, ainda não é totalmente conhecido pelas mulheres do município. Isso fica evidente no depoimento das entrevistadas, quando perguntadas sobre a procura pela instituição.

[...] primeiro eu fui na delegacia. Na delegacia é que eu fiquei sabendo do CAM, aí no outro dia eu fui lá no CAM e de lá eu fui lá no abrigo [...] (SARA, 52 anos).

Observa-se também que a mulher tem medo de procurar a delegacia, principalmente de registrar o B.O, pois se nada for feito de imediato para solucionar o problema essa mulher terá de voltar para um marido ainda mais violento após receber a intimação. Além da questão da intimação, há a audiência que na maioria dos casos demora meses para acontecer.

Sendo assim, é freqüente que as mulheres procurem o Centro de Atendimento à Mulher – CAM antes de passarem pela delegacia. Entretanto para efetuar é preciso registrar o Boletim de Ocorrência – B.O, necessidade que muitas vezes recobre de receio a mulher, ainda que protegida pelo abrigo.

[...] eu tinha medo de ir na delegacia procurar ajuda. Assim, se ele ficasse sabendo poderia ser mais agressivo. Fiquei sabendo pelos outros que o CAM dava toda a assistência, por uma entrevista na televisão, aí eu procurei. Peguei num telefone e liguei. Liguei primeiro no CAM e depois fui na delegacia. (ANA, 31 anos).

Os Centros de Atendimento à Mulher lidam com uma triste realidade, a impunidade, que leva muitas mulheres a não denunciarem seus companheiros agressores. Isso acontece porque a legislação brasileira não protege, de forma mais efetiva, as vítimas de violência doméstica. Por ser considerado um crime de menor potencial ofensivo, a pena mais aplicada é o pagamento de cesta básica. Isso além de humilhar e constranger a vítima, desqualifica e banaliza o crime de violência contra a mulher.

Quanto ao motivo da procura pelo atendimento, fica claro que esta se dá depois de um longo histórico de violência, humilhação, pãni-

co e desespero. O ciclo da violência leva essas mulheres a agüentarem anos até decidirem pelo rompimento, isso só ocorre (na maioria das vezes) quando a agressão verbal torna-se e com grande gravidade. Segundo Larouche (1989, p. 56)

Cada ciclo completo provoca na vítima uma diminuição em sua auto-confiança, sofrendo uma baixa na sua estima. Sua insegurança aumenta como também sua vulnerabilidade. Por um lado, o agressor perderá mais rapidamente o controle; suas reincidências aumentarão em intensidade e os períodos de perdão serão cada vez mais longos. [...] A agressão segue uma curva ascendente, no nível da gravidade dos atos de brutalidade.[...] (Apud RAMPAZZO, 2004)

Laura submeteu-se a tortura e violência psicológica durante um casamento de 42 anos. Segundo ela, o sofrimento foi tolerado em prol dos filhos e pela vergonha da separação. Assim como outras mulheres só procurou ajuda quando os filhos já estavam casados e estabiliza. Aos 62 anos estava sendo obrigada a manter relações sexuais com o marido, o que para ela era humilhante. O marido ainda não permitia que ela saísse de casa sem a presença dele. Laura ficou 15 dias na Casa Abrigo e depois mais 5 meses em outra instituição, até que se sentiu confiante para ir morar com um de seus filhos.

[...] me xingava, me obrigava a fazer as coisas que eu não queria, então eu tava sendo muito humilhada, e foi por isso que eu procurei. Eu fui encaminhada pelo meu advogado e o oficial de justiça, que me tirou da casa [...] (LAURA, 62 anos).

Já Sofia aos 36 anos e com 8 filhos, após ter deixado a Paraíba há 16 anos com 2 crianças pequenas para tentar a vida em Londrina-PR, mais por vontade do marido do que dela, diz que a violência se agravou após a vinda. Depois de uma tentativa de estupro, resolveu procurar atendimento.

[...] não sei, desespero (risos), eu passei pelo CAM e fui direto pro abrigo, depois me levaram na delegacia. Eu nunca tinha dado queixa dele [...] ele tinha me batido, tentou ter relação comigo à força, aí eu acabei batendo nele. Foi quando pensei comigo mesma, agora não vai dar mais certo, se eu ficar aqui ou ele me mata ou eu mato ele, porque eu já não suportava mais aquela vida não! [...]. Depois que eu vim pra cá, que eu morava lá na Paraíba, ele parece que começou a pensar assim, agora ela não tem mais ninguém, e poderia fazer o que quisesse comigo, isso há 16 anos [...] (SOFIA, 36 anos).

As mulheres apresentam grande dificuldade em romper com a violência conjugal sem a intervenção de um profissional. Deve-se considerar que a mulher vitimizada pela violência, normalmente, procura atendimento profissional após vários anos de tensão, agressão e reconciliação. Portanto, é importante compreender e acolher a mulher no momento em que esta mulher toma a iniciativa de se retirar da relação de dominação, rompendo com o ciclo de violência.

A decisão de ir para a Casa de Apoio e a chegada

A decisão de ir para a Casa de Apoio, apesar de ser conjunta entre a mulher e o profissional que atende na triagem, é principalmente da mulher. Cabe aqui lembrar que a “casa” é para a mulher sua principal referência. Portanto decidir deixa-la, significa perder parte de sua identidade, de sua história, de sua luta e de suas conquistas materiais. Tais conquistas para essas mulheres pobres, significa sobrevivência física e não apenas emocional. Isso implica diretamente na decisão de ir para a Casa Abrigo.

Deixar o pouquinho que eu tinha conseguido lá, bem que eu não tinha nada dentro de casa, mas é duro deixar sua cama, suas coisas, deixar minha casa, mesmo que a situação lá não esteja boa. É minha casa, é duro, nossa, eu pensava deixar minha casa lá, minhas coisinhas. Foi roubado tudo que tinha lá. Praticamente eu vim com a roupa só do corpo, né. Deixei tudo prá trás, era dolorido ter que deixar ele lá dentro, porque ele não saía e nunca deixou, porque precisei da casa. Eu fiquei na rua e ele não deixou a gente ficar lá.[...] (SOFIA, 36 anos).

Eu achava assim que eu ia perder tudo, tudo o que ajudei a construir, a conquistar do lado dele e eu saí assim de repente. Deixar tudo para trás, foi muito difícil, foi duro... (ANA, 31 anos).

Essas mulheres estão confusas, sem rumo, e por isso a necessidade de um olhar atento do profissional para que haja um esclarecimento sobre a decisão de ir para o abrigo e todas as intercorrências que podem gerar essa decisão, tanto para ela, quanto para os filhos/as.

De acordo com os depoimentos, pode-se afirmar que decidir abandonar o lar, muitas vezes é a melhor opção, pois diante da intensidade do desespero nem pensar elas conseguem

Para mim, eu achei que ia ser mais acolhida sem violência. Foi

imediate, aceitei na hora e não me arrependi até hoje. (Ana, 31 anos)

Ah! eu só senti vontade de ir, eu sabia o que tava querendo. Eu fui porque eu quis ir mesmo, eu decidi ir para mim resolver, pensar, ficar quieta um tempo pra pensar (SARA, 52 anos).

A vontade de romper com a relação violenta é fator determinante para a rápida decisão de ir para o abrigo. A esperança de uma vida diferente após essa passagem pelo abrigo, a necessidade de organizar os pensamentos, o equilíbrio emocional para saberem o que fazer, é o principal fator para a tomada de decisão.

Olha. Sabe que na hora eu não pensei nada (risos) só pensei que eu vou lá refrescar a cabeça e tentar resolver, só isso, eu não pensei nada, porque se eu fosse ficar pensando, eu não saía, né? (SARA, 52 anos).

Na chegada a Casa de Apoio há um impacto muito grande sobre a mulher e principalmente sobre os filhos/as, Em geral, os filhos chegam ao abrigo sem a maturidade e o discernimento necessários para a compreensão do processo. O que se percebe, nos depoimentos das mulheres é uma total mistura de sentimentos, expectativas, medo do desconhecido, receio de que tudo não tenha resultado e que o retorno aos seus maridos/companheiros seja inevitável.

Acho que fiquei assustada ali dentro, não sabia nem o que pensar na hora. Depois é que fui caindo na realidade, vendo aquilo lá. Aquilo ficava na minha cabeça, ficar ali fechada. Eu já vivia fechada, mas ali era diferente, e lá dentro eu não via nada. Era apavoramento, eu não sei nem o que falar, uma sensação de pavor, eu ficava apavorada de imaginar que eu ia ficar ali, né, e eles (filhos) também. Nossa, quando eles viram aquilo ali, acho que pensou: “quero ir pra casa” (risos). Isso foi no começo, eles diziam assim que queriam voltar, eu pensei assim também, quando vi aquilo ali, eu pensava, nossa, acho que é melhor eu ir pra casa [...] (SOFIA, 36 anos).

Para as crianças/adolescentes, é compreensível, o pavor de ficarem trancadas, pois no seu cotidiano gozam de liberdade, tendo como motivo para a prisão a violência das regiões em que moram. Mas, a maioria das crianças logo se adapta, o que não é tão fácil para os adolescentes que estão num processo de auto-afirmação fora do ambiente familiar. Dessa forma no abrigo a convivência com a mãe e irmãos torna os conflitos mais freqüentes.

A chegada também é marcada por um sentimento de punição,

por algo que não fez e pela idéia de ajuda, tutela, como no depoimento de Laura:

[...] eu fiquei assim meio pensativa, porque eu agora vou viver aqui fechada, sendo que eu não matei, não roubei, eu tô aqui por um marido sem responsabilidade, né? [...] pra deixar um lar, pra morar junto com os outros, você tem que ter muita paciência, você tem que, você não anda, você é uma pessoa que tá ali, prá ajuda, né?, você tá recebendo ajuda das pessoas, né? Então a gente tem que cumprir o que é da casa [...] (LAURA, 62 anos).

Sara que foi para a Casa de Apoio sem filhos (já eram casados), não imaginava encontrar mulheres abrigadas juntamente com filhos/as.

Na hora eu achei engraçado. A única coisa que eu não esqueço é isso, eu não sabia que as mães poderiam levar os filhos também, aí quando eu chego lá vi as mães, com aquele monte de crianças, que engraçado, eu fiquei assim né? (risos) Se eu tivesse filhos menor, eu trazia né? Ficava junto, a única surpresa foi essa de chegar lá e ver isso [...] (SARA, 52 anos).

Cabe destacar que a mulher não acompanhada dos filhos, normalmente, não permanece por período longo (fora o caso de Sara que permaneceu 1 mês no abrigo). Em geral no 5º dia elas já manifestam sinais de sair. Pode concluir que a falta de uma companhia familiar, muitas vezes, gera certa depressão. O vínculo com os filhos, para a maioria dos casos torna a permanência menos dolorida.

As mulheres têm a impressão, quando ouvem a palavra abrigo que chegarão a um lugar desprovido de atendimento profissional ou estrutura, acreditam que vão comer e dormir numa espécie de albergue, sem qualquer intervenção profissional.

Ah, eu nem pensei tanto assim, eu achava que o abrigo era uma casa comum, e ficava assim, um monte de mulher tudo junto (risos), tudo dormindo no chão. Era assim, que eu imaginava, não sabia que tinha Assistente Social, pensei que não tinha ajuda (risos), tipo assim, só pra mulher ficar lá, pro marido não acha lá esconderijo, achei que era pra eu ficar ali até eu arrumar um lugar pra ficar, né? Não achava que era assim, que tinha Assistente Social, Psicóloga, sabe, que ia continuar vendo meu caso. Achei que só era aquele momento assim, ia me por lá no abrigo e depois eu ia arrumar um lugar pra ficar (SOFIA, 36 anos).

É interessante ver como a palavra abrigo faz a mulher logo

imaginar o local como um alojamento precário, sem infra-estrutura. O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2001) define a palavra abrigo da seguinte maneira: “Lugar que abriga; [...] Cobertura, teto. Amparo, proteção. Casa de assistência social onde se recolhem pessoas que não tem onde morar ou como se manter, ou órfãos, ou desamparados”.

Supõe-se que ao longo do tempo fixou-se no imaginário das pessoas a casa abrigo como local de caráter somente assistencialista, sem nenhum tipo de proposta de atendimento interventivo. Em Londrina procurou-se através da mudança de nome de Casa Abrigo para Casa de Apoio, evitar esse tipo de entendimento.

No decorrer deste trabalho são utilizadas as expressões Casa Abrigo e Casa de Apoio. O último termo é utilizado para identificar o caráter do serviço e o segundo, a instituição usada como objeto da pesquisa.

Podemos perceber também, no depoimento dessas mulheres, a falta de informação, de esclarecimento quanto aos seus direitos e ao trabalho da instituição, lembrando que a Casa de Apoio havia sido inaugurada há pouco tempo.

A vivência na Casa de Apoio

A experiência na Casa Abrigo envolve muitos aspectos tais como: o convívio com outras mulheres, com crianças, as atividades da casa, a divisão de tarefas, as próprias dificuldades pessoais, os sentimentos em relação ao isolamento. É complicado para a mulher e para as crianças/adolescentes relacionar e conciliar tudo o que está presente nesse processo.

Era difícil, né? Eram várias pessoas de natureza diferentes, gente tinha conflitos, a gente conversava mas tinha as nossas diferenças, né?. A gente às vezes até discutia, ficava assim até sem falar uma com a outra, mas era uma experiência boa, é uma aprendizagem para gente, aprender a conviver com pessoas diferentes, naturezas diferentes, pensamento diferente né? Ver a violência nossa assim, porque a gente pensa que só a gente passa, só que quando a gente vê a pessoa entrando, a gente fica assim, nossa, tem caso mais pior que o meu, né? E tem que conviver com isso, imagine, isso aí. Acho que é por isso que hoje

o meu tá assim, mas amanhã pode tá igual o dela? Pode até não tá igual o dela, mas pior igual o da outra. Tinha hora que eu pensava até em voltar pra casa. Eu tive problema com 3 mulheres, as 3 não falava comigo, eu passei uma semana só conversando com minha filha, mas as outras 3 não. Elas achavam que eu era a mais beneficiada, a mais querida, que o povo ali gostava mais de mim, até que a gente se entendeu, tanto que a gente se encontra hoje, nossa, fico pensando, acho que a gente ali vivia numa pressão, né? Parece que hoje nem aconteceu nada (Sofia, 36 anos).

Esta fala permite várias considerações. Em primeiro lugar, há a convivência com pessoas vindas de contextos familiares diferenciados. Os conflitos tornam-se diários, na medida em que o tempo passa e outros casos vão chegando à Casa de Apoio. Isso se deve em parte pela situação de confinamento e também pela condição emocional na qual se encontram essas mulheres.

A segunda consideração é a relação com mulheres que passam por situações de violência mais dramáticas que as suas. Num primeiro momento tais situações as assustam e depois, fazem-nas refletir sobre sua própria condição, se é mais ou menos grave que a das outras.

Às vezes isso leva a pensar no porque de estar ali quando seu caso não é tão grave. Isso é preocupante, pois muitas podem diminuir a importância da agressão que as levaram até o abrigo, pensando até mesmo em voltar para o agressor com a justificativa de que “tem caso pior que o meu”. Mas, entretanto tomam consciência de que sua situação também pode chegar a extremos, e que é preciso agir contra isso.

A terceira consideração é a demanda que cada caso traz para os profissionais da instituição. Há situações que exigem ações imediatas necessárias para o atendimento e envolvem um número maior de tempo dos técnicos. Algumas usuárias da instituição não entendem dessa forma. Começam a ter “ciúme” e a acreditar que os profissionais não estão dando a atenção adequada para o caso delas. Isso gera tensão e impaciência, tanto nelas quanto nos profissionais, pois estes precisam a todo momento explicar o porquê dos procedimentos técnicos adotados.

Na Casa de Apoio “Canto de Dália”, assim como outras Casas Abrigo do país, as usuárias são responsáveis por algumas tarefas no cuidado da casa, como limpeza de chão, móveis, paredes, banhei-

ros, refeitórios, bem como o cuidado com seus objetos pessoais e lavagem de roupas entre outras tarefas. Observamos que de alguma maneira a fixação de uma rotina contribui para estabelecer um padrão de segurança que permite romper com o isolamento e a reclusão no espaço doméstico, estabelecendo novas rotinas.

Foi bom. É uma educação que você aprende a mais. Se você tá na tua casa você faz o que você quer. Lá não, é uma lei, tem horário certo prá fazer as coisas, mas prá mim foi bom porque agora eu comecei a trabalhar e não tive dificuldade para acordar de manhã bem cedo. De primeiro eu acordava tarde. Lá não, eu tinha que acordar prá comer, hora prá dormir, meu dia rende mais, não tenho dificuldade de levantar às 06h30min da manhã, já levanto e tomo café e já saio. Não tenho dificuldade nenhuma (Ana, 31 anos).

Para Camargo (1998 p:97), o isolamento faz parte do ciclo de vulnerabilidade/vitimização.

Com a desorganização e a quebra de vínculos nas relações familiares e sociais configura-se uma forte tendência ao isolamento da vítima. Este isolamento, muitas vezes, é parte da estratégia de violência, e é relevante quando a violência torna-se crônica na relação. Estabelece-se um rompimento dos vínculos afetivos e familiares, com componentes psicológicos e materiais de fragilização da vítima, pouco contato social e até mesmo a prática de cárcere privado.

O agressor, aos poucos, faz com que a mulher sinta que sem ele não será capaz de sobreviver.

[...] eu tinha medo de sair, de pegar ônibus, tinha medo, que nem quando eu saí do abrigo, não vou dizer que acabou por completo, eu ainda me assusto com algumas coisas assim, quando é coisa nova, eu fico assustada, eu fico imaginando assim, será que eu vou, será que não vou ...[...] (Sofia, 36 anos).

O isolamento, que na Casa de Apoio se faz necessário, não é para todas as entrevistadas motivo de desespero, até porque como já foi citado, muitas já viviam essa situação nas suas casas.

É bom, porque você tem tempo de pensar, né? Porque se você tivesse liberdade para fazer o que queria, talvez não seria tão bom, porque às vezes você sozinha você pensa melhor, você tem mais tempo pra ver o que vai fazer na hora que sair lá fora. Quando você tiver a oportunidade de sair você já vai sair com a cabeça pronta, sabendo o que vai fazer[.] (Ana, 31 anos).

Mas para algumas é desesperador ficar dentro do abrigo por um período muito longo, como é o caso do relato abaixo. Enquanto várias mulheres entravam e saíam, Sofia, por exemplo, continuava ali com 7 filhos que muitas vezes a condenavam por estarem ali.

Viver na prisão, sem poder ver ninguém, sem poder ver visita, era duro, viu? Viver ali dentro tinha hora que até dava desespero. Na semana até que era bom, a gente tinha vocês lá, tinha curso, tinha oficinas, mas chegava o sábado, domingo e feriado, aí que parece que aquilo era prisão de verdade. A gente não podia nem por a cara prá cima do muro, nada. Ficar lá dentro mesmo, trancada, e ficar só uma olhando pra cara da outra, assim e às vezes nem se falando tava, né? aí era pior ainda. Foi difícil, né? Tinha hora que eu olhava pra eles (filhos) e parece que eles me julgava, né? que a “gente tá aí por causa de você”, ou então eles até não me julgava tanto, “mas por causa do meu pai, eu tenho que ficar aqui, eu podia tá brincando com meus amigos”, eles falavam desse jeito [...] (Sofia, 36 anos).

O tempo que a mulher e seus filhos/as permanecem na Casa de Apoio é um período de grandes dúvidas, incertezas e sentimentos que vem à tona e tomam conta dos seus pensamentos, fazendo-a refletir e questionar a todo tempo “se valia a pena estar passando por tudo aquilo”.

[...] ter que fugir, eu achei que não ia conseguir nada. Não ia conseguir mudar, achei que ia acabar ficando no mesmo lugar, porque eu pensava o que é que eu tô fazendo aqui, eu não vou conseguir nada, eu vou acabar tendo que voltar pra dentro de casa. Mas mesmo dentro de casa eu pensava um dia eu vou sair, um dia eu vou conseguir sair, porque eu já tinha tentado sair, mas eu chegava até a porta e voltava, não conseguia. Mas um dia eu ia sair, vou conseguir o meu emprego, vou me virar sozinha e vou de vez mesmo, né? Agora eu posso até não estar com coragem, mas eu sei que vai chegar esse dia. E quando chegou a hora eu saí, fiquei imaginando, será que eu vou conseguir, não eu vou conseguir. É difícil, né? [...] (Sofia, 36 anos).

Os sentimentos relativos ao medo, à frustração de ter de voltar para o agressor são os mais presentes nos depoimentos das entrevistadas. Mas é a possibilidade de refletir sobre sua experiência o fator mais importante para o início de algumas mudanças na vida dessas mulheres. Elas começam a visualizar alternativas para se distanciarem da opressão do marido.

As mudanças após a Casa Abrigo

Um dos principais objetivos da Casa de Apoio é que a mulher, após passar por um determinado período na Casa, reúna condições necessárias para retornar o curso de suas vidas, encontrando condições propícias para que possa exercitar sua autonomia e recuperar sua auto-estima. Para que isso aconteça, uma das propostas⁴ da Casa de Apoio é a promoção de condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da Casa Abrigo a programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros. Portanto, enquanto a mulher encontra-se abrigada e os profissionais da instituição trabalham para a resolução do caso, esta é inserida (quando disponível na rede) em programas de profissionalização, emprego e renda, para quando sair, poder contar com recursos que lhe garantam, mesmo que minimamente, condições de uma vida autônoma.

Garcia (1998 p.181) reforça essa proposta:

Neste sentido, faz-se importante o desenvolvimento de políticas com perspectivas de gênero, por meio de programas e projetos que articulem a situação das mulheres às políticas globais. Torna-se fundamental a ação visando mudanças de leis que propiciem novas modalidades de acesso à propriedade, ao trabalho, etc.

De um modo geral, as mulheres que vivenciaram a situação de abrigo tinham uma relação de dependência financeira com seus maridos e/ou companheiros. Eram donas de casa e quando exerciam algumas atividades externas, era de forma esporádica e sem vínculo empregatício, em caráter informal. Isso reforçava a fragilidade delas em relação a esse “marido provedor” que se aproveitava dessa situação para subjugar-las.

[...] O que é que eu faço, né? Ele (marido) dizia que eu não tinha capacidade pra trabalhar, que eu não tinha como fazer nada, mas eu já cheguei a pensar assim, tinha medo, mesmo depois de separada de tudo, tinha dia de eu passar apertado dentro de casa e eu pensava assim: acho que ele tinha razão, viu, mas era por causa de viver dentro de casa, mas depois eu pensava assim, ah, eu enfrento, eu vou preferir o quê, se eu saí de casa, passei 4 meses trancada. Saí de lá, tô aqui até agora, tenho meu emprego, meu dinheiro, digo, é pouco, é, mas eu vou conseguir [...] (Sofia, 36 anos).

Essa acomodação e resistência são vistas da seguinte forma

por Anyon (1990 p. 14-15).

A contradição predominante enfrentada por muitas mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa consiste em que a carga de feminilidade (ser submissa, subordinada ao homem, dependente e doméstica) está em franca desconexão com as necessidades cotidianas de suas vidas (a necessidade, por exemplo, de luta pela sobrevivência diária). Complementarmente, para muitas mulheres da classe trabalhadora, a contradição manifesta-se na ruptura entre a vontade de seus maridos (de que permaneçam em casa e sejam submissas) e a necessidade de reconhecimento de sua competência e auto-estima. (Apud SAFFIOTI, 1997, p. 71).

Uma das entrevistadas, Ana, de 31 anos, mãe de uma menina de 8 anos, ficou no abrigo por 2 meses e após sair decidiu voltar para o marido. Segundo seu depoimento a principal mudança foi aprender uma profissão e conquistar o primeiro emprego com carteira assinada, pois até então o marido a obrigava a trabalhar num pequeno comércio que o casal possuía, não lhe pagando nada pelo trabalho. Ela vê no trabalho formal uma saída para a conquista da sua emancipação.

O abrigo foi importante porque lá eu tive ajuda. Coisas que eu não faria se eu não tivesse ido pra lá eu fiz. Eu nunca trabalhei e lá eu aprendi a fazer as coisas. E hoje eu tô trabalhando e hoje eu tenho uma profissão que antes eu não tinha. Eu não sabia fazer nada e hoje tô trabalhando, tô feliz e eu acho que foi muito bom. Antes eu não saía de dentro de casa pra nada, hoje eu saio, tenho o meu dinheiro, isso é muito importante para mim. Se eu não tivesse ido lá até hoje eu não saberia fazer nada, não teria aprendido nada (Ana, 31 anos).

A questão financeira é a que mais aparece quando se fala das mudanças após a saída do abrigo e é a mais preocupante para elas, principalmente quando não se tem um aporte financeiro seguro que lhes garanta o mínimo para sua sobrevivência. Esse é o caso de Laura, que aos 62 anos já não consegue um trabalho formal e ainda não conseguiu um acordo na justiça, quanto à pensão e divisão dos bens, o que a leva a depender de “ajuda”.

[...] Eu não me arrependi de ter me separado dele, eu tô melhor, a única coisa é que às vezes eu fico nervosa, assim preocupada, pensando porque por enquanto eu não tô tendo um ganho (pensão) então fui muito ajudada pela Casa que eu fiquei, o abrigo e depois que eu saí eu fui ajudada pelo CAM e agora é os filhos

que tão contribuindo e tão me ajudando (Laura, 62 anos).

A conquista de uma vida financeira autônoma, a paz, a tranquilidade de não ter de enfrentar brigas e discussões são alguns dos pontos levantados pelas entrevistadas que se separaram do marido e reconstruíram suas vidas.

[...] Eu tô vivendo melhor do que eu vivia antes, o abrigo pra mim foi muito importante mesmo, me ajudou muito. Hoje eu trabalho. Tenho meu trabalho, tenho minha casinha, pode até não ter nada dentro da casa, mas tenho sossego. Não vou dizer assim tô no céu, não tô no céu. Tenho minhas dificuldades, tenho os meus problemas, eu passo minhas dificuldades porque eu sou sozinha, eu sustento os oito filhos sozinha. Não tenho pensão, só tenho a bolsa escola e o meu salário. E não é todo o mês que eu tenho ajuda, tem mês que eu passo sufoco, nossa, só Deus mesmo me ajuda, mas em vista do que eu vivia antes, tá melhor (Sofia, 36 anos).

Os atendimentos tanto da Psicologia, quanto do Serviço Social da Casa de Apoio baseiam-se na perspectiva do fortalecimento emocional dessas mulheres, promovendo o resgate de sua auto-estima, autonomia e o rompimento da relação violenta. Através de uma escuta não julgadora, respeitosa e sem discriminação, os profissionais trabalham de forma a propiciar um ambiente no qual a mulher, através dos atendimentos, vai (re) construindo sua estrutura emocional e afetiva.

Mudou o meu jeito de ser porque antes ele brigava comigo, eu abaixava a cabeça e ficava quieta. Hoje eu me levanto, hoje eu fico por cima. Não fico me lamentando mais que nem antes. Não fico mais com medo porque antes eu não tinha ninguém por mim. Hoje eu tenho lá e qualquer coisa que acontecer comigo, eu vou procurar ajuda, né? [...] Eu era frágil e não sabia o que fazer e lá, com a ajuda das psicólogas eu fiquei mais forte e eu acho que se eu ficasse sozinha eu não conseguia refletir (Ana, 31 anos).

O que mais angustia a mulher que tenta romper com a relação violenta é a questão dos filhos. Mesmo emocionalmente abalada, ela prioriza o cuidado dos filhos em detrimento de si mesma. Ela não tem dúvida quanto a pedir a guarda dos filhos no processo de separação.

[...] eu sei que os meus filhos estando comigo eles não iam passar fome. Agora, se tivesse com ele eu ia ficar pensando: será que agora eles tão comendo, tá deixando as crianças dormir direito, porque ele dentro de casa, não deixava, né?. Prá largar os meus filhos, pra viver uma vida boa, sozinha, não. Prefiro passar

dificuldades com eles. Eu perco, mas eu vou crescer com eles do meu lado. Posso até demorar pra crescer, mas eu vou crescer (risos), se Deus quiser (Sofia, 36 anos).

A mulher não se desvincula do seu papel de mãe e cuidadora com a facilidade com que muitos homens desvinculam-se de seu papel de pai e provedor. Ela se vê na obrigação, mais que na responsabilidade, de dar todo o aporte necessário para que seus filhos desenvolvam normalmente, mesmo que para isso tenham de se submeter durante anos a um homem violento. O que muitas alegam é que “ele é o pai dos meus filhos”.

Considerações finais

Todas, de alguma forma, relataram a importância do atendimento das profissionais, do tempo para refletir, como a maior contribuição da Casa Abrigo, o que de certa forma refuta a questão levantada por Brito (1999), ou seja, de ser uma política meramente assistencialista. Nos depoimentos, apesar de aparecerem questões de caráter assistencial, a principal contribuição é do atendimento profissional que de alguma forma as levaram a superar ou, ao menos, se reestruturar emocionalmente, para darem continuidade nas suas vidas, após a saída da casa.

Cada uma das mulheres entrevistadas para este trabalho, ao sair da Casa Abrigo seguiu um caminho distinto, mas todas relatam que ter passado pelo abrigo e as decisões tomadas a partir daquele momento foi o ponto de partida para que tomassem coragem de assumir o curso de suas vidas. Talvez seja essa a principal mudança realmente, mais que um emprego ou a separação. Essas mulheres puderam ter um espaço em que a sua dor era ouvida, a sua fala era reconhecida.

THE IMPORTANCE AND CASA SHELTER'S MEANING FOR WOMEN IN SITUATION OF MATRIMONIAL VIOLENCE

ABSTRACT: The present work has as theme the Public Politics of combat to the domestic violence against the woman and his/her object is the House of Support “Song of Dahlia”, service implanted in Londrina in the year of 2004. He/she has as objective identifies and to analyze the changes, the meaning and the importance of the House of Support for the women in situation of domestic violence that you/they lived the shelter situation. For this I aim at to be reached, they were lifted up data to characterize those women's profile through the records of the section of Social Service of the institution

Carloto, Cássia M.; Calão, Vanusa F. *A importância e o significado da casa abrigo para mulheres...*

and accomplished interviews with the women that lived the shelter situation in the period of June from 2004 to June of 2005. The results appear for the importance of the service in the rupture process with the violence cycle and for the continuity of their lives.

KEYWORDS: house shelter, matrimonial violence.

Referências

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Termo de Referência Projetos de Apoio à Criação de Casa Abrigo**. Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em: <<http://mec.gov.br/spmu/ftp/tr>>. Acesso em: 13/08/2005.

BRITO, B. R. P. Casas-Abrigo. Um espaço de apoio e de solidariedade, versus visão assistencialista. **Jornal da Rede Saúde**. São Paulo, nº 19. Nov/1999.

CAMARGO, M. Novas Políticas de Combate à Violência. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.) **Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998. p.121-136

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. 5ª ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GALVÃO, E. F. **Violência contra a mulher: diagnóstico da situação no Município de Londrina**. Prefeitura de Londrina, 2005. p. 04-20.

GARCIA, I. Gênero e políticas públicas municipais. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.) **Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 173-182.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

LONDRINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Mulher. **Seminário Combate à Violência Contra a Mulher: Construindo redes e parcerias**. Londrina, 2000.

RAMPAZZO, L. A. **Mulheres professoras e violência conjugal: um enfoque de gênero**. 2004. 1v. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2004.

SAFFIOTI, H. I.B. **Violência De Gênero: poder e impotência**. Revinter. Rio de Janeiro, 1995. 218 p.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1º semestre 1997.